

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 163 – 07/09 à 11/09/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Voto do relator é por improcedência da ADPF que questiona a Lista Suja. Julgamento continua no dia 14](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/09/2020

Relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 509/2017, o ministro do Supremo Tribunal Federal – STF Marco Aurélio Mello apresentou [voto](#) pela improcedência do pedido, que questiona a Lista Suja. A ADPF foi apresentada pela Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias – Abrainc em 2017, buscando a declaração de ilegalidade da [Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH 4/2016](#).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Luiz Fux assume a Presidência do STF com sólida carreira na magistratura brasileira](#)

Supremo Tribunal Federal - 09/09/2020

O ministro Luiz Fux será empossado presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) nesta quinta-feira (10) após percorrer todas as instâncias da magistratura brasileira, tendo sido juiz de Direito e Eleitoral, além de desembargador e ministro no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Fux presidirá a Suprema Corte ao lado da ministra Rosa Weber, como vice-presidente.

[1ª Turma afasta responsabilidade subsidiária da União em obrigações trabalhistas](#)

Supremo Tribunal Federal - 08/09/2020

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão desta terça-feira (8), aplicou a jurisprudência da Corte de que a inadimplência de obrigações trabalhistas de empresas prestadoras de serviços não transfere automaticamente a responsabilidade à administração pública. Por maioria dos votos, os ministros deram provimento a recursos (agravos regimentais) interpostos pela União em três Reclamações (Rcls 36958, 40652 e 40759) para cassar decisões em que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) não seguiu o entendimento pacificado do STF sobre a matéria.

[Fiscalização de empregados por meio de câmeras em locais coletivos é considerada lícita](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/09/2020

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a empresa gaúcha Liq Corp S.A. da obrigação de desativar e retirar as câmeras de vigilância instaladas no interior das suas dependências e afastou o pagamento de indenização por dano moral coletivo. Para a Turma, o monitoramento no ambiente de trabalho, sem qualquer notícia a respeito de excessos, como a utilização de câmeras espiãs ou a instalação em recintos destinados

ao repouso ou que pudessem expor a intimidade dos empregados, como banheiros ou vestiários, insere-se no poder fiscalizatório do empregador.

[Exame sem idade gestacional inviabiliza pagamento de indenização estabilitária a auxiliar de limpeza](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/09/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de uma auxiliar de limpeza que buscava indenização referente à estabilidade no emprego da gestante. A ultrassonografia apresentada por ela não comprovou que estava grávida ao ser dispensada pela A. Frugoni Locação de Mão de Obra Ltda., de São Paulo (SP), pois não informava a idade gestacional. Sem a certeza sobre a data do início da gravidez, o pedido de indenização foi indeferido desde o primeiro grau.

[Nova versão do PJe é instalada no TST e na Justiça do Trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/09/2020

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça do Trabalho passou por atualizações no Tribunal Superior do Trabalho e em vários Tribunais Regionais do Trabalho no último fim de semana. A versão 2.5.8. do sistema traz diversas melhorias e novas funcionalidades, entre elas a criação dos chamados chips para mostrar todas as movimentações dos processos judiciais e a criação do token para assinatura de documentos e validação de assinatura no sistema.

[Tanques de óleo diesel não enterrados dão direito ao adicional de periculosidade a teleoperadora](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/09/2020

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu o adicional de periculosidade de 30% sobre o salário de uma teleoperadora de atendimento ao cliente da Gol Linhas Aéreas S.A. que trabalhava em prédio vertical que armazenava líquido inflamável em tanques não enterrados. O colegiado decidiu conforme a jurisprudência do Tribunal, que considera de risco toda área interna da construção vertical.



Notícias do Executivo

[INSS inicia retomada gradual do atendimento presencial na próxima segunda-feira \(14/9\)](#)

Ministério da Economia - 11/09/2020

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começará a retomada gradual do atendimento presencial na próxima segunda-feira (14/9), com a reabertura de mais de 600 agências em todo o país. Após mais de cinco meses de atendimento remoto, os segurados devem ficar atentos às mudanças para evitar que saiam de casa sem necessidade.

[Receita iniciará operações de malha fiscal junto a pessoas jurídicas sujeitas às escriturações do Sistema Público de Escrituração Digital](#)

Ministério da Economia - 10/09/2020

A Receita Federal do Brasil iniciará, ainda neste ano, operações de malha fiscal junto aos contribuintes pessoas jurídicas sujeitos às escriturações do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), mediante análise de dados e cruzamento de informações prestadas pela própria pessoa jurídica e por terceiros. O objetivo é a regularização espontânea das divergências identificadas.

[Pedidos registram queda de 18,2% em agosto](#)

Ministério da Economia - 10/09/2020

o mês de agosto de 2020, foram contabilizados 463.835 requerimentos ao seguro-desemprego, na modalidade trabalhador formal. O número representa uma queda de 18,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado, em que foram contabilizados 567.069 requerimentos. Houve, portanto, neste comparativo, uma diferença de 103.234 requerimentos. Na comparação com julho deste ano (570.602), houve redução de 18,7%. Acesse a apresentação [Estatísticas do Seguro-Desemprego - Agosto 2020](#)

[INSS e CNJ lançam medidas que vão agilizar concessão de benefícios decididos via judicial](#)

Ministério da Economia - 09/09/2020

Foram lançados, na noite desta terça-feira (8/9), o Laudo Eletrônico no Painel de Peritos do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a Integração do PJe aos sistemas do Instituto Nacional do Seguro Social/INSS (INSS Jud). As duas ações – que visam cumprir automaticamente as decisões judiciais – fazem parte do Programa Resolve Previdenciário, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

[Conselho Curador aprova suspensão de pagamentos de financiamentos do setor de habitação popular](#)

Ministério da Economia - 08/09/2020

O pagamento de financiamentos por empresas do setor de habitação popular foi suspenso temporariamente, por decisão do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), durante reunião extraordinária realizada nesta terça-feira (8/9), por videoconferência. A medida, apresentada pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, tem como objetivo diminuir os efeitos da pandemia do novo coronavírus no setor.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Lista suja do trabalho escravo torna efetivo o direito à informação expresso na Constituição Federal](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/09/2020

A fragilização do cadastro de empregadores que mantêm empregados em condição análoga à escravidão, conhecido como lista suja do trabalho escravo, vai de encontro a compromissos constitucionais e internacionais do Estado brasileiro. Em memorial encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Augusto Aras, e o procurador-geral do Trabalho, Alberto Balazeiro, expõem os motivos pelos quais a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 509 deve ser julgada improcedente pelos ministros da Suprema Corte.

[Nota técnica traz diretrizes de proteção contra a Covid-19 para trabalhadores que estão no grupo de risco](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/09/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou nesta quarta-feira (9) nota técnica que pede a empresas, sindicatos e órgãos da administração pública que adotem diretrizes de proteção contra a Covid-19 para trabalhadores que fazem parte de grupo de risco ou que convivam com familiares desse grupo. O documento conta com seis medidas que tratam de trabalho remoto, autodeclaração sobre estado de saúde bem como critérios que devem ser utilizados em caso de demissões. Clique [aqui](#) para ler a nota.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Setembro Amarelo – O suicídio é um grande problema de saúde pública](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/09/2020

No mês de setembro, em todo o mundo, é realizada uma campanha de prevenção ao suicídio, conhecida como Setembro Amarelo. O mês foi escolhido porque o dia 10 de setembro é o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. A campanha “Setembro Amarelo”, como ficou conhecida desde 2014, tem como objetivo a conscientização sobre a necessidade de prevenção, buscando alertar a população sobre a realidade da prática no Brasil e no mundo e as formas de evitá-la. Durante o mês da campanha, costuma-se iluminar locais públicos com a cor amarela.

Outras Notícias

[Declaração simples garante justiça gratuita a coordenador de lanternagem](#)

Consultor Jurídico - 09/09/2020

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho concedeu o benefício da justiça gratuita e, conseqüentemente, a isenção do pagamento de custas processuais a um ex-coordenador de lanternagem da Metalúrgica Lorena, de Itaúna (MG). Para o colegiado, não se pode afastar o valor probante da declaração firmada pelo empregado.

[Empregado que sofria deboches da chefia por ter depressão será indenizado](#)

Consultor Jurídico - 07/09/2020

Debochar de empregado que sofre de depressão, incitando-o ao suicídio, viola direitos de personalidade assegurados no inciso X do artigo 5º da Constituição (intimidade, vida privada, honra e imagem). Por isso, o empregador tem o dever de indenizá-lo em danos morais.

[Gaúchos receberam mais de R\\$ 1 bilhão da Justiça do Trabalho durante a epidemia](#)

Consultor Jurídico - 07/09/2020

Desde o início da epidemia de coronavírus, a Justiça do Trabalho gaúcha já registrou o pagamento de aproximadamente R\$ 1,08 bilhão em direitos reconhecidos em juízo, divulgou a direção do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. O dado compreende o período de 16 de março a 30 de agosto.



Atos Normativos

[LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 08/09/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19);

[LEI Nº 14.019, DE 2 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 08/09/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19;

[PORTARIA MS Nº 2.384, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 09/09/2020 Seção I Pág. 65) - Repristina os arts. 423 e 424 da Seção IV do Capítulo III do Título III e o Anexo LXXX da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, a Ser Adotada como Referência dos Agravos Originados no Processo de Trabalho no SUS;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 875, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 10/09/2020 Seção I Pág. 43) - Altera o Orçamento do FAT do exercício de 2020 para remanejamento de recursos das Ações 2B12, 2C43, 20JT, 20Z3 e 2553 para as Ações 20Z1, 4741 e 4815;

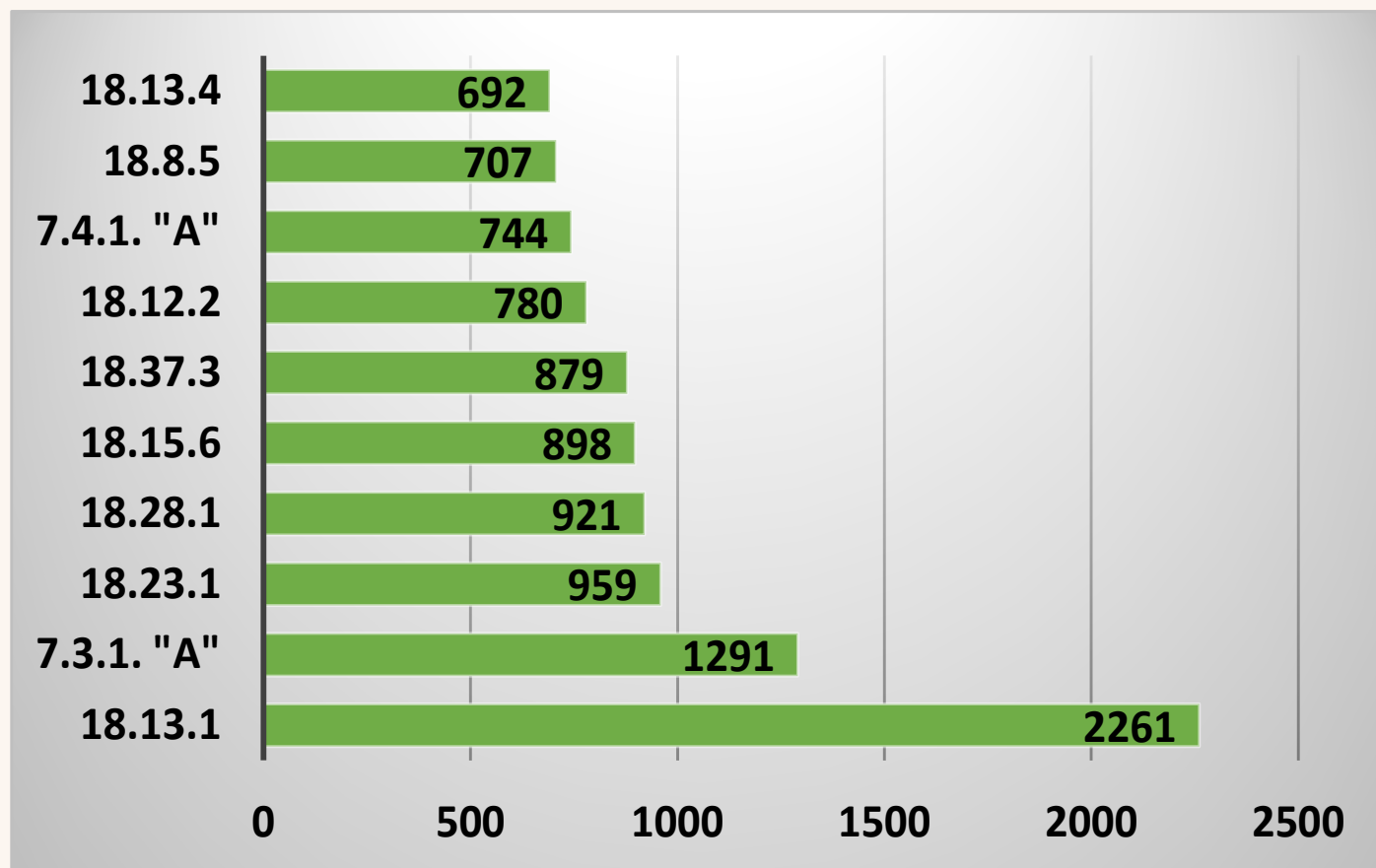
[PORTARIA INSS Nº 924, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 11/09/2020 Seção I Pág. 87) - Dispõe sobre o retorno gradual das atividades presenciais e adoção das medidas de prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão do novo Coronavírus (COVID-19);

[CIRCULAR CEF Nº 922, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 11/09/2020 Seção I Pág. 88) - Publica a versão 15 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada FGTS;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2019:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1. É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais.

7.3.1. Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.23.1. A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.28.1. Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

18.15.6. Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.37.3. É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

18.12.2. As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.

7.4.1. O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

a) admissional;

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.13.4. É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula